

**HISTÓRIA ECONÔMICA E O USO DE DADOS QUANTITATIVOS NA
CONSTRUÇÃO HISTÓRICA**

Daniele Ferreira da Silva

Mestranda da Universidade Federal de Pernambuco

dannyufpe@yahoo.com.br

RESUMO

Atualmente, a história econômica tornou-se sinônimo de livros empoeirados e temas enfadonhos aos leitores mais modernos, estes últimos mais familiarizados com temas da história social, das mentalidades, das mulheres etc. Segundo Frago e Florentino, a história econômica agoniza. A partir da década de 1970, temos um rápido declínio das produções historiográficas voltadas ao tema econômico, presenciamos o aparecimento de críticas cada vez mais severas ao tipo de reflexão em meio ao qual era produzida a história econômica. Questionamentos acentuados nos dois principais paradigmas explicativos que em termos gerais discutia a longa duração histórica e a estruturas econômico-sociais para compreensão da sociedade: a historiografia marxista e a Escola de Annales. Contudo, nada indica que a história econômica estivesse soterrada, no momento, ela vive incorporando ganhos derivados do saber histórico por outras vertentes, uma dessas vertentes, cabe recordar, a chamada “história quantitativa ou serial” tal como foi proposta pelos clássicos dos Annales, continua contribuindo decisivamente para um melhor conhecimento dos processos econômico-sociais. O levantamento documental específico do tema diz respeito aos dados sobre a política econômica colonial portuguesa, relativa ao Brasil, de natureza administrativa nos colocamos na perspectiva de abordá-lo implicando conexões estruturais com o processo de superação da crise do antigo sistema colonial orientando o campo da pesquisa à Administração Fazendária Portuguesa. A partir desse contexto, no que se refere às fontes, buscaremos, sobretudo, analisar requerimentos que tratem de Fazenda Real, Erário Régio e outros órgãos locais, como a Tesouraria Geral da Junta da Fazenda Real de Pernambuco, instâncias estas que foram de fundamental importância no contexto de

centralização da administração da época, neste momento, a série documental dos Balanços Gerais das Despesas e Receitas da Tesouraria da dita capitania serão os documentos base para contextualização dos impostos da data de início da ação das Juntas da Fazenda, serão os dados oriundos desta série documental a base da nossa apresentação acerca da utilização de métodos estatísticos aplicados a construção historiográfica.

HISTÓRIA ECONÔMICA E O USO DE DADOS QUANTITATIVOS NA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

Atualmente, a história econômica tornou-se sinônimo de livros empoeirados e temas enfadonhos aos leitores mais modernos, estes últimos mais familiarizados com temas da história social, das mentalidades, das mulheres etc. Segundo Fragoso e Florentino, a história econômica agoniza. O auge desta história remontaria ao final do século XVIII início do XIX, quando as nações européias estavam voltadas a dinâmica imperialista da época, logo a seguir as constantes mudanças econômicas globais, como a crise das bolsas de 1929, geraram transformações que foram pauta da história econômica para anos após apresentar acentuado declínio. Na Revista *Annales* entre os anos de 1929 e 1945 cerca de 60% dos artigos publicados estiveram voltados à história econômica (FRAGOSO & FLORENTINO; 1997).

Contudo, a partir da década de 1970, temos um rápido declínio das produções historiográficas voltadas ao tema econômico, presenciamos o aparecimento de críticas cada vez mais severas ao tipo de reflexão em meio ao qual era produzida a história econômica. Questionamentos acentuados nos dois principais paradigmas explicativos que em termos gerais discutia a longa duração histórica e a estruturas econômico-sociais para compreensão da sociedade: a historiografia marxista e a Escola de *Annales*. Historiadores econômicos de peso, como Georges Duby e Emmanuel Le Roy Ladurie, acabaram por voltar-se para outros campos de estudos, como o das estruturas mentais. Houve um desconforto com os princípios explicativos econômico-sociais e da longa duração e com suas derivações metodológicas. Autores como E. P Thompson e Carlo Ginzburg chamaram atenção ao reducionismo econômico no que diz respeito ao estudo da história social.

Algumas dessas críticas basearam-se no fato que muitos historiadores assumiram modelos de economistas, com equações e quadros estatísticos atemporais, e foram deixando de ser historiadores, sem, contudo, passarem a serem economistas, neste mesmo momento os próprios economicistas percebiam que uma Economia do Desenvolvimento deveria levar em consideração o fator extra-econômico. (FRAGOSO & FLORENTINO; 1997).

Não podemos negar que algumas dessas críticas sejam pertinentes, pois a excessiva ênfase dada ao econômico distanciou esse campo do estudo histórico da complexidade inerente a história do homem. Porém, o atual decréscimo dos trabalhos econômicos apresenta um abandono da reflexão e da própria pesquisa em história econômica. No mais, trabalhos que não pecaram no anacronismo e separação entre história econômica e história total tiveram o mesmo tratamento de marginalização. O rompimento com a história factual surge da vontade de dar voz aos inúmeros anônimos, colocando a totalidade histórica como paradigma. Contudo, criticar uma perspectiva é muito recomendável, entretanto, não se justifica desconhecer e/ou desqualificar os princípios gerais do campo de estudo econômico serial.

Importante ferramenta metodológica na construção histórica, a história econômica resgata enunciados caros à produção do saber histórico. São eles: 1) toda investigação histórica deve ser construída a partir da formulação clara de hipóteses de trabalho; 2) a escolha e uso das fontes devem levar em consideração sua pertinência e seus limites em relação ao objeto trabalhado e 3) fenômenos sociais devem ser apreendidos como históricos, isto é, levando-se em conta sua pertinência temporal mais ampla (FRAGOSO & FLORENTINO; 1997). A partir desses enunciados, surge o alerta sobre o perigo de, ao desqualificar as pesquisas em história econômica, inviabilizar a própria construção de outras histórias que surgiriam a partir dela. Sendo assim, a construção da história econômica pode se dar de forma sutil e complexa, apontando para uma totalidade histórica sem deixar de possuir conteúdos antropológicos e culturais.

Contudo, nada indica que a história econômica esteja de vez soterrada, ela ainda vive, no momento incorporando ganhos derivados do saber histórico por outras vertentes, uma dessas vertentes, cabe recordar, a chamada “história quantitativa ou serial” tal como foi proposta pelos clássicos dos *Annales*, continua contribuindo decisivamente para um melhor conhecimento dos processos econômico-sociais.

No fim do século XIX, quando aparecem as grandes coleções de documentos, que são apenas coletâneas de dados brutos, os primeiros trabalhos aparecem na Inglaterra, com J. E. Thorold Rogers; seguindo na Alemanha, com G. Wiebe e na França, com o Visconde G. de Avenel entre outros (CHAUNU; 1976). Contudo, outro fator relevante para o surgimento da história quantitativa no final do século XIX refere-se à grande depressão européia (1873-1874, 1900-1905) na periodização de Simiand. Sabendo-se da importância dessa longa redução dos preços agrícolas na sociedade da época que permanecia fortemente ligada ao setor agrícola, como também as tensões que marcaram a passagem das primeiras etapas do desenvolvimento industrial.

O início da história quantitativa foi primeiramente sentido no campo econômico, particularmente na história dos preços. Da economia espalhou-se para história social, especialmente para história populacional e finalmente, na terceira geração dos *Annales*, a nova tendência invadiu a história cultural – a história das religiões e a história das mentalidades.

Para os historiadores econômicos não era novidade lidar com estatísticas, pois no século XIX, um grande número de pesquisas sobre a história dos preços já havia sido realizado. A partir daí, no início de 1930, temos uma grande explosão do tema, vinculada, claro, à hiperinflação alemã e a crise das bolsas de 1929. Surgem grandes trabalhos como do economista François Simiand, que anteriormente havia publicado um sério ataque a história tradicional, Ernest Labrousse entre outros.

Labrousse empreendeu um rigoroso estudo quantitativo da história econômica francesa do século XVIII, e como historiador marxista, se referiu neste trabalho a movimentos de longa duração e a ciclos de curta duração, “crises cíclicas” e “inter ciclos”, procurando maneiras de mensurar tendências econômicas, utilizando métodos, conceitos e teorias econômicas de economistas como Juglarⁱ e Kondratieffⁱⁱ, estes preocupados respectivamente com ciclos econômicos de curta e de longa duração (BURKE; 1997).

Outro importante trabalho quantitativo refere-se à tese de Chaunu, *Sevilha e o Atlântico* (1955-1960), nela o autor concentrou-se em tudo o que podia ser mensurado, a tonagem das mercadorias transportadas entre Espanha e o Novo Mundo, de 1504 a 1560, para, a partir dessa base, ampliar sua análise para discussões acerca do volume desse comércio. Conseqüentemente, tratou as tendências econômicas mais significativas da época, especialmente a passagem de expansão no século XVI para a retração do

século XVII. Chaunu dividiu seu trabalho em duas partes, intituladas “Estrutura” e “Conjuntura” tratando de flutuações de longa e curta duração (BURKE; 1997).

Da história quantitativa deriva-se a história da população, uma das grandes conquistas da abordagem quantitativa. O surgimento da história demográfica deu-se na década de 50, devido à explosão populacional mundial. Na França, o desenvolvimento dessa área se deve ao trabalho conjunto de demógrafos e historiadores. A partir de 1960, a demografia histórica liga-se oficialmente à história social. Emmanuel Le Roy Ladurie é um notável exemplo de como métodos quantitativos, serviriam não somente para estudar as flutuações de preços, taxas de nascimento, casamento e mortalidade, mas também tendências na distribuição de propriedades, na produtividade agrícola, etc. resultando em excelentes trabalhos da história geográfica e socioeconômica da década de 60.

A história quantitativa atualmente se encontra em moda, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos assiste-se um rápido desenvolvimento da utilização de fontes quantitativas e de procedimentos de contagem e quantificação na pesquisa histórica. Contudo, como tudo aquilo que está em moda, a história quantitativa inicia-se com uma definição que designa um amplo campo de objetos: um tipo de fonte, um procedimento e até um tipo de conceituação do passado (FURET; 1976). A história quantitativa vai do macro ao micro campo, procurando delimitar sua especificidade do saber histórico.

Na medida em que a história quantitativa baseia-se na elaboração de séries de dados homogêneos e comparáveis, o problema que se coloca para os historiadores desta área é o trato das fontes. De modo geral, os arquivos europeus foram organizados desde o século XIX, seguindo procedimentos e critérios que refletem as preocupações ideológicas: como a predominância dos valores nacionais. Podemos remontar esta origem na década de 1890, nas grandes histórias nacionais, na época em que as grandes nações européias foram imperialistas.

Os arquivos se constituíram nas memórias das nações e a partir deles os dados desejados pela história quantitativa foram analisados, a partir do momento, que continham fatos escolhidos em função do seu caráter repetitivo e comparável, portanto, uma apresentação de unidade-tempo. O documento, o dado histórico existiria para história quantitativa não por seu valor em si, mas pelo valor relativo que representaria inserido numa série, onde haveria outros documentos que o precederia e o seguiria em uma ordem estabelecida.

A coerência entre os documentos é a preparação inicial, de modo que se possam reconhecer, num longo período de tempo e para cada unidade-tempo (documento), os mesmos dados na mesma sucessão lógica. O historiador deverá construir seu objeto de pesquisa, refletir sobre sua hipótese e a passar do implícito ao explícito. O segundo trabalho crítico consiste em testar a coerência dos próprios dados em relação aqueles que os precedem ou que os seguem, isto é, eliminar os erros, tarefa muito parecida com o momento inicial de escolha dos documentos. De forma natural, a história seriada começa utilizando documentos econômicos, fiscais ou demográficos.

Neste contexto podemos situar três conjuntos de problemas relativos à História quantitativa: 1) refere-se aos procedimentos de tratamento dos dados históricos, englobando questões metodológicas: pois nenhuma técnica é de todo neutra, contudo, todo procedimento estatístico forçosamente impõe a questão de saber se o conhecimento histórico é compatível com uma conceituação matemática do tipo probabilista; 2) o termo história quantitativa também designa trabalhos de determinados historiadores economistas, estes procurariam fazer a história uma economia retrospectiva, resultando numa redução do campo da história à economia; 3) a história quantitativa possui a ambição de apresentar o fato histórico em séries temporais de unidades homogêneas e comparáveis (*história seriada*), e desse modo poder medir a evolução por intervalo de tempo dados, temos a substituição do acontecimento pela série, ou seja, a construção do dado histórico em função de uma análise estatística probabilista (FURET; 1976).

Analisando esta problemática e o seu significado para historiadores, podemos afirmar que as sociedades constituem sistemas integrados, articulados, e seus componentes são passíveis de uma análise que os identifica a partir de certos atributos estabelecidos. Os dados empíricos podem sofrer um processo de seriação e quantificação, organizando-se critérios que os agrupem por classe ou grupo. A partir daí, relacionar esses diferentes grupos implica respeitar a forma pela qual tal relação se estabeleceu historicamente na prática social (FONTES; 1997).

A historiografia clássica foi construída a partir dos arquivos elaborados e trabalhados segundo as regras críticas dos Beneditinos mauristas do século XVIII e os historiadores alemães do século XIX, já a historiografia seriada contemporânea deve reconstituir seus arquivos em função da dupla revolução metodológica e técnica que transformou os procedimentos e as regras da disciplina histórica. Contudo, essa metodologia de utilização das fontes na história quantitativa, não se resume somente às

fontes administrativas, pois a história se caracteriza por uma elasticidade quase ilimitada de suas fontes. Campos de estudos históricos surgem à medida que a curiosidade do pesquisador se desloca, no mais, fontes já exploradas do passado podem ser reutilizadas para outros fins, se o investigador as investe de outra significação. Pois as fontes não definem sua problemática, mas esta define as fontes (CHAUNU; 1976).

Existem, na história, com relação às exigências documentais lacunas irreparáveis, não haveria como utilizar fontes de substituição ou extrapolações que poderiam substituir as lacunas de uma tabela acerca da história econômica do Brasil colonial do século XVI, contudo isso significa que a história não é redutível à economia política, na realidade, quanto à história quantitativa o problema das fontes para o historiador é mais de séries incompletas, não somente pela dificuldade de inter ou extrapolação, mas por erros que estas lacunas são suscetíveis de acarretar. Esses erros são advindos do uso ingênuo de dados estatísticos, podendo realmente criar uma ficção literária e não um estudo histórico. Para atenuar a possibilidade deste risco, o historiador deve manter a mão fontes extra-econômicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a década de 1930 até 1970, Caio Prado Jr., Roberto C. Simonsen, Celso Furtado, Fernando Novais, Ciro Flamarion e Gorender – historiadores pioneiros no “pensar o Brasil” e que construíram as bases da moderna historiografia econômica nacional – buscaram montar quadros explicativos que analisassem a sociedade e economia coloniais, até apontando para condicionantes estruturais futuros. Apesar de suas divergências teóricas estes autores nos deixaram abordagens que primavam pelo entendimento da história brasileira como uma totalidade (FRAGOSO & FLORENTINO; 1997).

Tal perspectiva, não deve ser perdida, sob pena de, segundo Le Goff, construir-se uma história em fatias “*a pior das histórias*”. Nos mais de 60 anos decorridos da reflexão fundadora de Caio Prado Jr. construíram-se importantes vertentes da historiografia econômico-social, utilizando de base complexos processos, gerados pela urbanização, crescimento industrial, fenômenos que remetiam às grandes permanências de nossa história (estruturas agrárias arcaicas, desigualdades social, etc.).

Na busca pela compreensão da manutenção das estruturas, importantes trabalhos foram publicados por não historiadores, neles, a história econômica, mesmo por vezes marcada por limitados embasamentos empíricos, aparecia dialogando constantemente com uma sociologia weberiana e/ou marxista. O resultado se revelou muito promissor. Essa reflexão sobre as conjunturas e estruturas econômicas, a partir da década de 60, possibilitou o contato cada vez maior entre economistas e historiadores.

A quantidade e a qualidade dos trabalhos surgidos a partir desse momento inicial possibilitam, hoje, reavaliar algumas idéias centrais desses autores. No mais, este esforço poderia nutrir-se dos ganhos da historiografia internacional, que cada vez mais, sugerem uma vertebralização do conhecimento histórico. Assim, dificilmente se poderia retornar à economia colonial sem levar em conta a interdisciplinaridade, que unisse historiadores e antropólogos, contato fundamental para discussão de pautas acerca da natureza do mercado, papel das hierarquias e produção social das desigualdades etc.

As críticas à história social e econômica feita a tradição de Labrousse ainda persistem. Insiste-se em duvidar das investigações que procuram apreender as regularidades observáveis e, com isso, construir quadros explicativos. Afirma-se que essa “decrépita” abordagem deixaria a experiência social de fora. Contudo, essas críticas não levam em consideração que os conflitos e solidariedades da experiência social como características da vida dos grupos pressupõe o estudo da regularidade destes fenômenos.

Salientamos o quanto é saudável a crítica, mais particularmente aquelas que ressaltavam que não se tratava de jogar ao mar os métodos e técnicas propostos pelos historiadores que fizeram uso de quantificações, mas sim constatar o perigo que representava o uso exclusivo de séries estatísticas, segundo Ginzburg, elas podiam resultar em uma “história social desprovida de carne e de sangue”. A renovação das investigações econômicas não consiste em menosprezar os trabalhos que utilizaram séries econômicas e demográficas procurando apreender o processo social.

Desde as últimas décadas do século XX, dispomos no Brasil de uma historiografia econômica bem estruturada, perfeitamente capaz de produzir novos conhecimentos a respeito de uma realidade multiforme e complexa, ainda insuficientemente compreendida em muitos de seus aspectos. Para isto já existem os recursos humanos necessários, e até diversos projetos concretos perfeitamente exeqüíveis. Contudo, precisamos de um esforço para o fortalecimento e posterior

retorno da história econômica, sem os preceitos de uma história isolada de outros elementos interdisciplinares, uma história econômica possível.

ⁱ JUGLAR, Clément. (1819-1905) Médico francês e estatístico. Foi um dos primeiros a desenvolver uma teoria econômica de ciclos, identificando o ciclo de crédito industrial de sete a onze anos que agora está associado ao seu nome.

ⁱⁱ KONDRATIEFF, Nikolai. Economista russo descreveu os ciclos da economia mundial no moderno capitalismo. Com média de cinquenta e variando entre quarenta a sessenta anos de duração, os ciclos consistem em períodos alternados entre o crescimento setorial em alta e períodos de crescimento relativamente lento.

REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICAS

BURKE, Peter. **A Escola de Annales (1929 – 1989): A Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: UNESP, 1997.

CHAUNU, Pierre. **A Economia: Ultrapassagem e Prospectiva**. In: LE GOFF, Jacques. NORA, Pierre. **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

FONTES, Virgínia. **História e Modelos**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FRAGOSO, João. FLORENTINO, Manolo. **História Econômica**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FRAGOSO, João. **Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n° 29, 2002, p. 3-38.

FURET, François. **O Quantitativo em História**. In: LE GOFF, Jacques. NORA, Pierre. **História: Novos Problemas**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

LEFEBVRE, Georges. **El Nacimiento de la Historiografía Moderna**. Barcelona: Ediciones Martínez Roca, 1974.

PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense. 2006.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Sol e a Sombra: Política e Administração na América Portuguesa do Século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A História em Questão: Historiografia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

MONTENEGRO. João Alfredo de Sousa. **História e Desenvolvimento: Uma abordagem epistemológica**. Fortaleza: Editora Universitária – UFC, 1980.